

Primeiro grupo de trabalho é de câncer de mama

O Grupo de Trabalho de Câncer de Mama foi o primeiro a ser formado dentro da recém-criada Rede de Institutos Nacionais de Câncer (RINC). A equipe se reuniu dia 11 de agosto, no INCA, onde funciona a secretaria-executiva da Rede.

Participaram do encontro o diretor do Instituto Nacional de Câncer da Argentina, Roberto Pradier; a coordenadora-técnica para o Programa de Câncer de Mama da instituição, Maria Viniegra, e a chefe do Programa de Câncer de Mama do Serviço de Saúde Metropolitano Norte de Santiago (Chile), Gladis Ibañez Ramirez. Eles se juntaram ao secretário-executivo da RINC, Marco Porto, para falar sobre o Sistema de Informação do Câncer de Mama (SISMAMA), implantado no país há cerca de dois anos, e o Programa de Qualidade em Mamografia, em vigor em 10 estados brasileiros.

Maria Viniegra demonstrou grande interesse no SISMAMA, que reúne as informações relativas a ações de detecção precoce do câncer de mama – realização de mamografias de rastreamento e de diagnóstico, biópsia e encaminhamento dos casos confirmados da doença para tratamento. Pradier, por sua vez, quis saber como adquirir o simulador criado pelo físico João Emílio Peixoto, do Programa de Qualidade em Radiações Ionizantes do INCA, responsável pelos Programas de Qualidade em Radioterapia (PORT) e em Mamografia (PQM). A partir de uma mamografia do simulador, é possível atestar se a qualidade do exame está dentro dos parâmetros ideais.

Marco Porto disse que no plano de trabalho da RINC está prevista a compra de materiais para distribuição aos países que integram a Rede.



Resolução do CNS revoluciona pesquisa oncológica

A pesquisa oncológica nacional acaba de dar um grande passo com a resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 441/2011. Publicada em 18 de julho no Diário Oficial da União, ela oferece subsídios à atividade realizada nos biobancos e biorrepositórios, locais próprios de armazenamento de material biológico humano para fins de pesquisa. O documento é fruto da comunhão entre a Resolução CNS nº 347/2005 e as sugestões de uma consulta pública que durou quatro meses e contou com a participação de pesquisadores de todo o Brasil. “A resolução é o resultado democrático da interação de representantes de instituições nacionais de pesquisa”, comenta Gustavo Stefanoff, pesquisador do Instituto e coordenador do Banco Nacional de Tumores e DNA do INCA (BNT).

Um dos principais benefícios da resolução é trazer mais agilidade aos processos e projetos de pesquisa, devido a uma reformulação no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documento no qual o paciente permite voluntariamente o uso de seu material biológico em novos estudos. A partir de agora, o TCLE poderá ter uma opção que dispensa um novo consentimento a cada pesquisa. “Antes, precisávamos de um novo TCLE autorizado pelo doador, ou por um familiar, cada vez que usássemos uma amostra do material armazenado, em novas pesquisas”, lembra Carlos Henrique Debenedito, recém-conduzido à Coordenação do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto (CEP-INCA).

Como novodocumento, é esperado o aumento do número de pesquisas com o material biológico humano armazenado. “O TCLE reformulado passará a ser um facilitador”, afirma Debenedito. Mas essa fartura de materiais prevista no futuro não permitirá o uso indiscriminado dos fragmentos coletados. “O pesquisador precisará detalhar mais sua proposta de estudo e justificá-la ao CEP local para ter acesso às amostras”, esclarece Stefanoff. Concluída essa etapa, o projeto passará pela revisão do Comitê Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), para que o material biológico seja utilizado de forma adequada.

Mais informações sobre este assunto na área do Informe INCA na Intranet, onde também pode ser consultada a integral da resolução CNS nº 441/2011.



Carlos Henrique Debenedito afirma que o TCLE reformulado será um facilitador



Gustavo Stefanoff define o documento como fruto da interação entre instituições de pesquisa